



ACÓRDÃO Nº 725/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11409/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Júlio Chagas de Pinto Mattos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4332/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – FAPENV. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira – Fapenv**, exercício de 2016, de responsabilidade do **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos**, Diretor Presidente à época, nos termos do art. 22, III, alínea “b” da Lei Orgânica nº 2423/1996, e pela competência estabelecida no art. 1º, II da mesma Lei;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos** no valor de **R\$ 9.000,00 (nove mil reais)**, em razão das impropriedades não sanadas constantes nos itens **10.3, 10.4, 10.5, 10.6, 10.7, 10.8 e subitens, 10.9 e 10.10 do Relatório/Voto**, com fundamento no art. 54, II da Lei Orgânica nº 2423/1996, c/c art. 308, VI da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei



ACÓRDÃO Nº 725/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Júlio Chagas de Pinto Mattos** no valor de **R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos)**, pelo atraso no envio de dados ao sistema E-contas nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e dezembro de 2016, com fundamento no art. 308, II da Resolução nº 04/2002, e que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar ao Fundo de Pensões e Aposentadoria de Envira - FAPENV** que:

- 10.4.1. Adote um sistema de controle interno efetivo no órgão, em obediência aos ditames legais, e utilizando como base a Resolução TCE/AM nº 09/2016, inclusive mantendo informações contábeis legalmente obrigatórias devidamente atualizados;
- 10.4.2. Proceda à criação do Portal da Transparência do Fundo, conforme determina a Lei Complementar nº 139/2009;
- 10.4.3. Envie tempestivamente os dados contábeis ao Sistema E-Contas, conforme ditames legais.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Novembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº725/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral